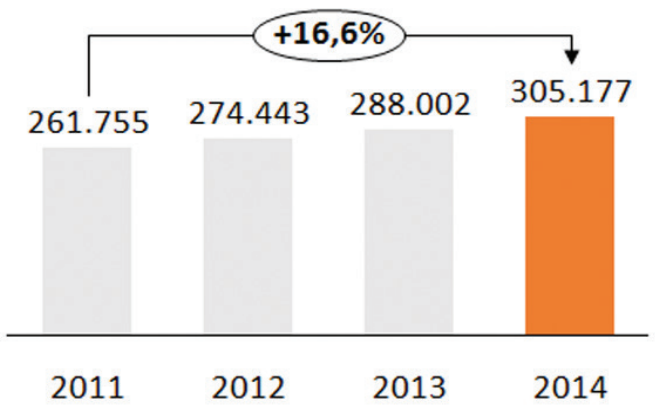
BANCO INTERMEDIUM S/A

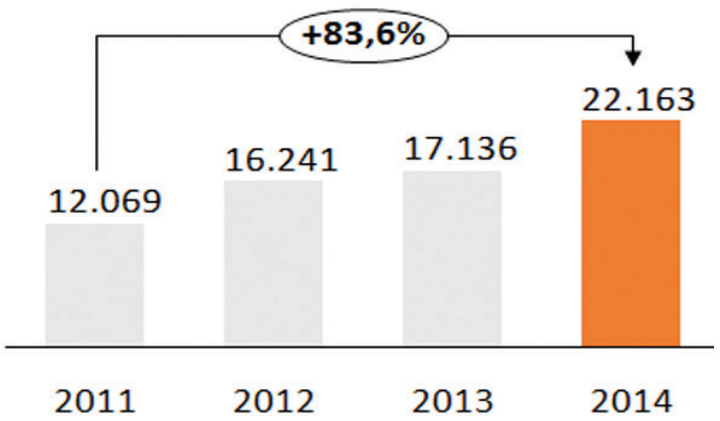
CNPJ: 00.416.968/0001-01
Av. do Contorno, 7.777 - 2º e 3º andar - Lourdes - 30.110-051
Belo Horizonte/MG - Fone: (31) 2101-7000
www.intermedium.com.br
Twitter: twitter.com/intermedium - Facebook: facebook.com/b.intermedium

BANCO INTERMEDIUM 20 ANOS

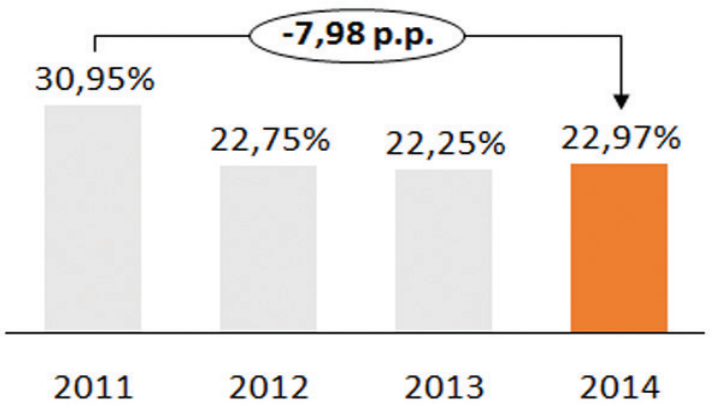
Patrimônio Líquido



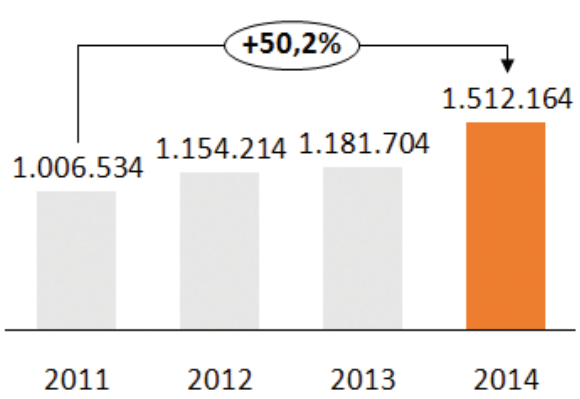
Lucro Líquido



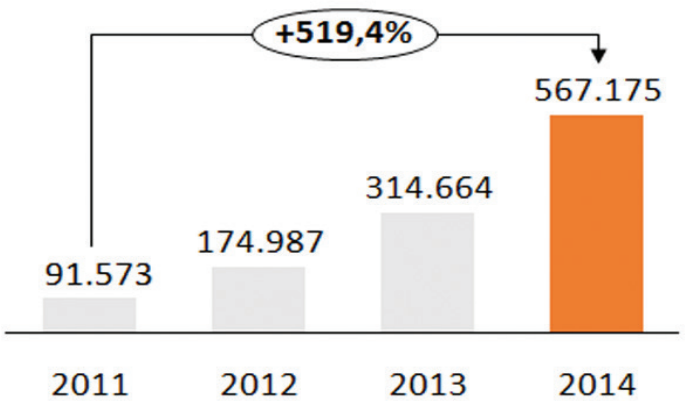
Índice de Basileia



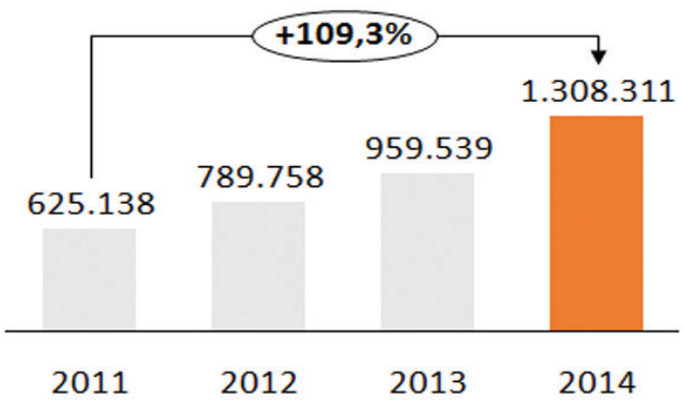
Carteira de Crédito Total*



Carteira Imobiliária*



Depósitos Totais



*Inclui Cessão

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco INTERMEDIUM relativo ao exercício findo em 31/12/2014, em conformidade com as determinações legais e estatutárias.

Vivenciamos um momento cada vez mais desafiador, de muitas incertezas em função das contínuas oscilações no cenário interno e também da modesta recuperação da macroeconomia. A veemente inflação, o alto nível de endividamento familiar, a elevação dos juros e a carência de investimentos são fatores que contribuíram para um crescimento econômico irrisório do Brasil em 2014, muito aquém do esperado.

Diante desse cenário adverso, o Banco Intermedium buscou identificar as melhores oportunidades para a concretização de suas estratégias, e é com imensa satisfação, que apresenta seus resultados do ano de 2014.

O Crédito Imobiliário, principal linha de negócio do banco, manteve significativa expansão de 80,3% de sua carteira de crédito nos últimos doze meses, finalizando o exercício com um montante de R$ 567,2 milhões. Esse avanço estratégico é resultado de contínuos investimentos no segmento imobiliário, que já conta com 44 agências especializadas em pontos estratégicos de todo país. A carteira de crédito, composta além do imobiliário, por operações de crédito consignado e crédito para empresas, alcançou um saldo de R$ 1,5 bilhão, o que representa crescimento de 34,4% em relação ao mesmo período de 2013.

Concretizamos a melhoria do indicador de inadimplência, reduzindo o volume de negócios em alguns convênios no crédito consignado e mantivemos o conservadorismo na concessão do crédito aliado aos bons negócios para as operações de middle market.

Em relação ao Funding, o saldo de Depósitos e Letras de Crédito atingiu R$ 1,3 bilhão em 2014, número recorde de captações de recursos na instituição. Destaque para as Letras de Crédito Imobiliário que obtiveram um crescimento de 97,9% no seu volume em doze meses e já representam 38,4% do total das Captações de Recursos, se tornando o produto de renda fixa de maior representatividade do Banco.

Intensificamos nossos esforços na estratégia de diversificação e ampliação das receitas de serviços. Ressaltamos com orgulho a evolução da Intermedium DTVM, instituição financeira criada há um ano pelo Grupo Intermedium. Recentemente obteve autorização pelos órgãos competentes a gerir, distribuir e custodiar recursos, concretizando a formação do seu tripé de serviços. Com foco no lançamento de produtos diferenciados no mercado, estão em fase de aprovação pela CVM, dois novos fundos que deverão ser lançados no primeiro semestre de 2015. Outro destaque foi a Interfronting Corretora de Seguros, que atingiu a marca de R$ 21,5 milhões em prêmios de seguros em 2014.

Encerramos o ano de 2014 com o lucro líquido de R$ 22,2 milhões, resultado 29,3% superior a 2013, sinal bastante positivo da concretização das estratégias na longa trajetória do Banco.

Ademais, continuamos focados no nosso principal desafio que é o controle e preservação da relação receitas versus despesas da instituição. Finalizamos as contratações dos colaboradores do Grupo Intermedium pelo banco e mantivemos os investimentos em infraestrutura e tecnologia.

Mais uma vez, expressamos nossos agradecimentos pela dedicação de nossos funcionários, parceiros e colaboradores, e nos orgulhamos pela confiança depositada no Banco pelos nossos clientes.

Belo Horizonte , 21 de janeiro de 2015
O Conselho de Administração

Balanços patrimoniais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercícios 2014	Exercícios 2013
Circulante			
Disponibilidades	4	3.399	2.672
Aplicações interfinanceiras	5	91.242	68.142
Títulos e valores mobiliários	6	107.060	37.199
Relações interfinanceiras		165	382
Operações de crédito	8	576.059	429.654
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(37.020)	(39.419)
Operações de crédito vinculadas	8	95.418	101.380
Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	8	(2.457)	(3.247)
Outros créditos	9	14.306	29.577
Outros valores e bens	10	12.493	8.004
Despesas antecipadas	11	31.462	29.045
Total do ativo circulante		**892.127**	**663.389**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras	5	1.057	2.527
Títulos e valores mobiliários	6	76.453	145.057
Operações de crédito	8	808.531	529.277
Operações de crédito vinculadas	8	17.442	53.573
Outros créditos	9	15.933	3.818
Outros valores e bens	10	474	203
Despesas antecipadas	11	25.787	24.373
Total do realizável a longo prazo		**945.677**	**758.828**
Permanente			
Investimentos	12	4.111	4.167
Imobilizado de uso		5.279	4.739
Intangível		2.396	2.869
Total do permanente		**11.786**	**11.775**
Total do ativo não circulante		**957.463**	**770.603**
Total do ativo		**1.849.590**	**1.433.992**

Passivo	Nota	Exercícios 2014	Exercícios 2013
Circulante			
Depósitos à vista	13a	10.114	8.916
Depósitos interfinanceiros	13a	43.055	32.265
Depósitos a prazo	13a	207.740	79.200
Letras de crédito	13b	454.809	353.520
Obrigações por empréstimos e repasses		1.103	372
Obrigações, operações, vendas e transferências	14	87.089	71.720
Outras obrigações	15	100.023	48.977
Total do passivo circulante		**903.933**	**594.970**
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Depósitos a prazo	13a	533.943	477.144
Letras de crédito	13b	58.650	8.494
Obrigações, operações, vendas e transferências	14	17.442	61.167
Obrigações por empréstimos e repasses		29.763	3.578
Outras obrigações	15	682	637
Total do exigível a longo prazo		**640.480**	**551.020**
Patrimônio líquido			
Capital social		269.845	261.534
Reserva de lucros		35.439	26.551
(-) Ajuste valor de mercado		(107)	(20)
(-) Ações em tesouraria			(63)
Total do patrimônio líquido	**18**	**305.177**	**288.002**
Total do passivo não circulante		**945.657**	**839.022**
Total do passivo		**1.849.590**	**1.433.992**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito		112.975	220.659	159.724
Resultado com aplicações interfinanceiras		8.183	12.943	5.816
Resultado com títulos e valores mobiliários		16.405	36.210	22.225
Operações de vendas e transf. ativos financeiros		10.669	22.217	32.971
		148.232	**292.029**	**220.736**
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado		(72.316)	(128.073)	(70.608)
Obrigações, empréstimos e repasses		(717)	(1.167)	(294)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.		(16.352)	(44.013)	(50.483)
Operações de vendas e transf. ativos financeiros		(11.899)	(23.060)	(22.275)
		(101.284)	**(196.313)**	**(143.660)**
Resultado bruto da intermediação financeira		**46.948**	**95.716**	**77.076**
Outras receitas (despesas) operacionais				
Rendas de prestação de serviços		5.568	10.633	8.146
Despesas de pessoal		(24.379)	(41.780)	(17.581)
Outras despesas administrativas	20	(24.777)	(48.423)	(60.276)
Despesas tributárias		(3.002)	(4.273)	(1.599)
Resultado de participações em controladas	12	765	825	3.429
Outras receitas operacionais líquidas	21	17.440	22.975	15.251
Outras despesas operacionais líquidas	22	(4.166)	(7.257)	(4.999)
		(32.551)	**(67.300)**	**(57.629)**
Resultado operacional		14.397	28.416	19.447
Resultado não operacional		(1.925)	(2.452)	(1.696)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**12.472**	**25.964**	**17.751**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17	(1.055)	(3.801)	(615)
Resultado do semestre/exercícios		**11.417**	**22.163**	**17.136**
Resultado por ação – R$		**0,96**	**1,87**	**1,37**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

Elaborada pelo método indireto	Semestre 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013
Atividades operacionais			
Lucro líquido	**11.417**	**22.163**	**17.136**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.352	44.013	50.583
Provisão para créditos tributários	536	1.229	925
Reversões/Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	2.189	2.189	(37)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(765)	(825)	(3.429)
Resultado com transferência de ações stok option		63	215
Depreciações e amortizações	933	1.712	781
Variação de ativos e obrigações			
Redução (Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	729	8.681	(4.638)
Aumento de títulos e valores mobiliários	(6.426)	(1.344)	(29.719)
Redução (Aumento) de relações interfinanceiras	1.040	218	115
Aumento de operações de crédito	(261.972)	(430.768)	(270.775)
Aumento de outros créditos	4.822	1.924	(3.282)
Redução (Aumento) de outros valores e bens	(8.306)	(8.592)	5.377
Aumento de obrigações, operações, vendas e transferências	1.976	(28.356)	6.505
(Redução) Aumento de outras obrigações	41.456	48.905	15.949
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	**(196.019)**	**(338.788)**	**(214.294)**
Atividades de investimentos			
Investimentos			(2.000)
Aquisição de imobilizado de uso	(960)	(1.965)	(2.478)
Recebimento de dividendos		879	7.147
Intangível	188	188	(1.832)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	**(772)**	**(898)**	**837**
Atividades de financiamentos			
Redução de depósitos	37.286	197.326	56.360
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	91.458	151.445	113.420
Obrigações por empréstimos e repasses	15.903	26.916	2.967
Aumento de capital	2.616	8.311	5.644
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(6.638)	(13.275)	(9.416)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	**140.625**	**370.723**	**168.975**
Aumento (redução) das disponibilidades	**(56.166)**	**31.037**	**(44.482)**
Disponibilidades no início do período	149.253	62.050	106.532
Disponibilidades no fim do período	93.087	93.087	62.050
Aumento (redução) das disponibilidades	**(56.166)**	**31.037**	**(44.482)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros – Ações em tesouraria	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Reserva de retenção de lucros	ajuste de avaliação patrimonial	lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2014	**267.229**		**4.024**	**26.636**	**(70)**		**297.819**
Aumento de capital	2.616						**2.616**
Lucro líquido do semestre						11.417	**11.417**
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			571			(571)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir				4.208		(4.208)	
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,40 por ação)						(6.638)	**(6.638)**
Ajuste a valor de mercado					(37)		**(37)**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**269.845**		**4.595**	**30.844**	**(107)**		**305.177**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**255.890**	**(278)**	**2.630**	**16.201**			**274.443**
Aumento de capital	5.644						**5.644**
Lucro líquido do exercício						17.136	**17.136**
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			857			(857)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir				6.863		(6.863)	
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,70 por ação)						(9.416)	**(9.416)**
Ações em tesouraria		215					**215**
Ajuste a valor de mercado					(20)		**(20)**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**261.534**	**(63)**	**3.487**	**23.064**	**(20)**		**288.002**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**261.534**	**(63)**	**3.487**	**23.064**	**(20)**		**288.002**
Aumento de capital	8.311						**8.311**
Lucro líquido do semestre						22.163	**22.163**
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			1.108			(1.108)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir				7.780		(7.780)	
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,40 por ação)						(13.275)	**(13.275)**
Ações em tesouraria		63					**63**
Ajuste a valor de mercado					(87)		**(87)**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**269.845**		**4.595**	**30.844**	**(107)**		**305.177**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	Semestre 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013
1. Receitas	**168.178**	**311.889**	**226.458**
1.1 Intermediação financeira	168.627	343.849	264.887
1.2 Prestação de serviços	5.568	10.633	8.146
1.3 Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	(1.230)	(12.391)	(4.887)
1.4 Obrigações por empréstimos e repasses	(717)	(1.167)	(294)
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.352)	(44.013)	(50.483)
1.6 Outras receitas/despesas operacionais	14.207	17.430	10.785
1.7 Não operacionais	(1.925)	(2.452)	(1.696)
2. Despesas da intermediação financeira	**72.316**	**128.073**	**70.608**
3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros	**53.558**	**106.796**	**119.164**
3.1 Materiais, energias e outros	19.837	35.982	32.298
3.2 Serviços de terceiros	33.721	70.814	86.866
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	**42.304**	**77.020**	**36.686**
5. Retenções	**(933)**	**(1.712)**	**(781)**
5.1 Depreciações e amortizações	(933)	(1.712)	(781)
6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)	**41.371**	**75.308**	**35.905**
7. Valor adicionado recebido em transferência	**765**	**825**	**3.429**
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	765	825	3.429
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	**42.136**	**76.133**	**39.334**
9. Distribuição do valor adicionado	**42.136**	**76.133**	**39.334**
9.1 Pessoal e encargos	24.380	41.781	17.581
9.2 Impostos, contribuições e taxas	4.056	8.073	2.214
9.3 Aluguéis	2.283	4.116	2.403
9.4 Juros sobre capital próprio	3.612	10.249	7.058
9.5 Dividendos distribuídos no semestre/exercícios	3.026	3.026	2.358
9.6 Lucros retidos no semestre/exercícios	4.779	8.888	7.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Intermedium S.A. iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, a Instituição atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de software, corretagem e agenciamento.

Os acionistas da Intermedium - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2008, pela alteração do nome da Instituição para Banco Intermedium S.A., em conexão com o projeto de transformação em Banco Múltiplo.

A Diretoria do Banco Central do Brasil (BACEN) manifestou-se, em 13 de fevereiro de 2008, favorável ao projeto de transformação. A Instituição recebeu autorização para iniciar as operações como Banco Múltiplo no dia 18 de agosto de 2008.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, no que for aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 20 de janeiro de 2015.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução nº 3.566/2008 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.
- Resolução nº 3.604/2008 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa.
- Resolução nº 3.750/2009 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.
- Resolução n° 3.989/2011 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.
- Resolução n° 4.007/2011 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.
- Resolução nº 3.873/2011 - CPC 24 - Eventos subsequentes
- Resolução nº 3.823/2009 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- Resolução nº 4.144/2012 - CPC Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco Intermedium.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, quando aplicável para a Instituição, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com o BACEN.

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

b. Disponibilidades e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa, conforme a Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados da data da contratação.

c. Operações ativas e passivas

As operações ativas (circulante e realizável a longo prazo) são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (em base pro rata dia).

As operações passivas (circulante e exigível a longo prazo) referem-se a passivos conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço (em base pro rata dia).

d. Provisão para perdas com operações de crédito

É constituída com base na Resolução BACEN nº 2.682/1999, analisando os riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

São registrados pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

A Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários criando três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco) são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como:

- A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.
- Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.
- Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzidas as depreciações que são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas fiscais anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

i. Redução do Valor Recuperável de Ativos - Imparidade

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou que ainda não estejam em uso têm seu valor recuperável testado anualmente, independente de apresentarem indício de desvalorização. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. As premissas de análise são definidas de acordo com cada classe de ativos.

j. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado conforme legislação específica.

A Lei nº 11.727, de 3 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 9% para 15% do lucro tributável a partir de maio de 2008. Dessa forma, o encargo da Contribuição Social sobre o lucro tributável foi acrescido pelo diferencial de alíquota de 6% naquela data.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do semestre, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos arts. 36 e 37 da referida Lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição (RTT), devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e os critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

k. Despesas antecipadas

A apropriação ao resultado do exercício e do semestre das parcelas de despesas com comissão sobre operações de crédito e correspondentes é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios a saber:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes (quando aplicável): decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

m. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 dezembro de 2014.

n. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O Pronunciamento Contábil CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, a melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis do Banco Intermedium, bem como a permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

o. Demonstração do valor adicionado (DVA)

O Banco Intermedium S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2014	2013
Disponibilidades	3.399	2.672
Total de disponibilidade	3.399	2.672
Aplicações interfinanceiras de liquidez* (90 dias) vide Nota 5	89.688	59.378
Total de caixa e equivalentes de caixa	93.087	62.050

* Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Aplicações interfinanceiras

	2014	2013
Aplicações em operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)		26.999
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	89.499	31.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
CDI - Banco do Brasil S.A.	2.800	4.339
CDI - Bancoob		7.332
Total	92.299	70.669
Circulante	91.242	68.142
Não circulante	1.057	2.527

BANCO INTERMEDIUM 20 ANOS

BANCO INTERMEDIUM S/A

CNPJ: 00.416.968/0001-01

Av. do Contorno, 7.777 - 2º e 3º andar - Lourdes - 30.110-051

Belo Horizonte/MG - Fone: (31) 2101-7000

www.intermedium.com.br

Twitter: twitter.com/intermedium - Facebook: facebook.com/b.intermedium

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

Papel	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
2014						
Aplicações em CDI	189	1.554	1.057			2.800
Aplicações em LTN	89.499					89.499
Total	**89.688**	**1.554**	**1.057**			**92.299**
2013						
Aplicações em CDI	382	8.762	2.054	473		11.671
Aplicações em LTN	31.999					31.999
Aplicações em LFT	26.999					26.999
Total	**59.380**	**8.762**	**2.054**	**473**		**70.669**

6 Títulos e valores mobiliários

São representados pelos valores atualizados das cotas subordinadas dos fundos de investimento em direitos creditórios, denominados FIDC Intermedium Créditos Consignados I, FIDC Intermedium Créditos Consignados II e Securitização de Créditos Imobiliários, constituídos pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos consignados da Instituição e também por Títulos Públicos Federais (LFTs).

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

• Classificação por tipo de papel e vencimento

Papel	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizada
2014							
Disponível para venda	26.148	16.344	37.460	33.693		113.645	113.645
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	26.148	16.344	37.460	33.693		113.645	113.645
Títulos mantidos até o vencimento (*)	31.554	33.014	5.300			69.868	69.868
Cotas de fundo de investimento	31.554					31.554	31.554
Cotas de fundo de investimento (FIDC)		33.014				33.014	33.014
BZS - Securitização			5.300			5.300	5.300
Total	**57.702**	**49.358**	**42.760**	**33.693**		**183.513**	**183.513**
				Total do Circulante		107.060	
				Total do não Circulante		76.453	
2013							
Disponível para venda			61.920	42.250		104.170	104.170
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)			61.920	42.250		104.170	104.170
Títulos mantidos até o vencimento (*)	20.820	16.379	33.525	7.362		78.086	78.086
Cotas de fundo de investimento	20.820					20.820	20.820
Cotas de fundo de investimento (FIDC)		16.379	33.525			49.904	49.904
BZS - Securitização				7.362		7.362	7.362
Total	**20.820**	**16.379**	**95.445**	**49.612**		**182.256**	**182.256**
				Total do Circulante		37.199	
				Total do não Circulante		145.057	

(*) Em função do enquadramento da Instituição à Circular nº 3.068/01, são classificados como "mantidos até o vencimento".

a. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC

O FIDC I era administrado pela UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O FIDC foi constituído em 30 de abril de 2007, sob a forma de condomínio fechado, e foi encerrado em maio de 2014. Em 7 de novembro de 2011, foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com prazo de duração de quatro anos.

O objetivo dos fundos é captar recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos consignados concedidos pelo Banco Intermedium S.A. a servidores públicos e a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujo pagamento é realizado por meio de desconto consignado em folha de pagamento ou em folha de benefícios do INSS.

As cotas do FIDC II são avaliadas diariamente. No caso das cotas de classe sênior do FIDC Intermedium Créditos Consignados, considera-se a taxa de retorno prevista como benchmark de 120% da taxa CDI, apropriada de forma pro rata temporis. As cotas subordinadas têm seu valor obtido pela diferença entre o saldo do patrimônio líquido do fundo e o valor total das cotas seniores.

b. Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC

Em conformidade com o art. 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido dos fundos será de 75%. Nesse contexto, os fundos deverão ter 25% dos seus patrimônios representados por cotas subordinadas. Essa relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas do fundo mensalmente.

A participação do Banco Intermedium S.A. no FIDC II ocorre através das cotas subordinadas.

c. Natureza do envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento

Além da sua participação através das cotas subordinadas, o Banco Intermedium S.A. realiza operações de cessão de créditos sem coobrigação para o FIDC II.

O Banco Intermedium S.A. é responsável pela cobrança dos direitos creditórios cedidos ao FIDC II, podendo utilizar-se de eventuais agentes cobradores subcontratados, cabendo-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Ademais, o Banco Intermedium S.A. foi contratado como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios adquiridos pelo FIDC II.

As cotas subordinadas detidas pelo Banco Intermedium S.A. assumem o risco de crédito até o valor-limite de sua emissão. Somente ocorrerá a amortização e/ou o resgate das cotas subordinadas após a amortização e/ou o resgate das cotas seniores.

Os fundos estão sujeitos a riscos de flutuações de mercado, de crédito das respectivas contrapartes, sistêmicos e a condições adversas de liquidez e negociação aplicáveis a direitos creditórios, ativos financeiros e demais modalidades operacionais integrantes da carteira do fundo.

d. Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre o Banco Intermedium S.A. e o FIDC, ativos transferidos pelo Banco Intermedium S.A. e direitos de uso sobre ativos do FIDC

No exercício de 2014, foram cedidas operações de crédito ao fundo no montante de R$ 40.791 (2013:R$ 108.807).

Os recebíveis cedidos pela Instituição ao FIDC permanecem com a gestão de cobrança interna, sendo os recebimentos repassados tempestivamente ao custodiante no prazo máximo de 48 horas.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no fundo, a Instituição reconheceu contabilmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, receita de R$ 15.034 (2013: R$ 10.986), na rubrica "Rendas de títulos e valores mobiliários".

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos das cotas subordinadas emitidas pelos fundos de propriedade do Banco Intermedium S.A. seguem abaixo demonstrados:

	2014	2013
Cotas de fundos de invest. direitos creditórios - Não circulante FIDC I		16.379
Cotas de fundos de invest. direitos creditórios - Não circulante FIDC II	33.014	33.525
Total	33.014	49.904

e. Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC em 31 de dezembro de 2014

No exercício findo, o patrimônio total do fundo era composto de R$ 84.352, sendo R$ 51.338 em cotas seniores e R$ 33.014 em cotas subordinadas.

Fundo	Cotas subordinadas	Cotas seniores	Total do Fundo
2014			
FIDC II	33.014	51.338	84.352
Total	**33.014**	**51.338**	**84.352**
2013			
FIDC I	16.379	47.680	64.059
FIDC II	33.525	101.792	135.317
Total	**49.904**	**149.472**	**199.376**

f. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC II

O Banco Intermedium S.A. não ofereceu nenhum tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus investidores.

g. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do FIDC

O Banco Intermedium S.A. é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do fundo, sendo as cotas seniores ofertadas no mercado a diversos investidores.

6.1 Securitização da carteira de Crédito Imobiliário

O Banco Intermedium, dando continuidade à estratégia de sustentabilidade no segmento de Crédito Imobiliário, realizou no primeiro trimestre de 2013, a primeira emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs), composta por créditos pulverizados, avaliados pela agência de risco Fitch Ratings com nota A+, totalizando o valor de R$ 22,2 milhões.

No terceiro trimestre de 2013 realizou a segunda emissão, no valor de R$ 17,1 milhões, avaliada pela agência de risco Standard & Poor's com nota AA.

O coordenador líder dessas securitizações é o Banco Votorantim, a securitizadora é a Brazilian Securities e o custodiante a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A., os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) foram emitidos com prazo de duração de oito anos.

No caso das cotas de classe sênior da securitização a taxa de retorno prevista como benchmark é de IGPM + 6% a.a para a primeira emissão e IGPM + 6,80% a.a para a segunda. As cotas subordinadas têm seu valor de rendimento obtido pela diferença entre o saldo das cotas de classe sênior e a valorização total. Abaixo demonstrativo da securitização.

Securitização	**2014**	**2013**
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	23.836	32.980
Total	23.836	32.980
Circulante	6.876	3.651
Não circulante	16.960	29.329
Cotas Subordinadas	**2014**	**2013**
Brazilian Securities	5.300	7.362
Total	**5.300**	**7.362**
Circulante		
Não circulante	5.300	7.362

7 Instrumentos financeiros e derivativos

O Banco Intermedium participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como a atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem derivativos de futuros e a política de gestão de riscos é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico e internacional.

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de swaps e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na BM&FBOVESPA.

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição e nas operações para atendimento das necessidades dos clientes do Banco Intermedium.

I Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

	2014 Valor global	2014 Valor líquido	2013 Valor global	2013 Valor líquido
Contratos futuros				
Compromissos de compra:				
- Mercado interfinanceiro	128.873	131.692		

II Contratos futuros - (Notional)

	2014	2013
1 a 90 dias		
91 a 180 dias		
181 a 360 dias		
Acima de 360 dias	128.873	
Total	**128.873**	

III Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros

As garantias para os instrumentos financeiros derivativos representados por contratos futuros foram Letras Financeiras do Tesouro.

IV Valores das receitas e das despesas líquidas

O valor das receitas e das despesas líquidas reconhecidas nos contratos futuros no semestre findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R$ 1.495 mil.

8 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução Bacen nº 2.682/99, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

(a) Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica:

	2014	% carteira	2013	% carteira
Pessoa jurídica	267.941	17,78%	213.839	19,16%
Financiamentos imobiliários	344.744	22,88%	172.569	15,47%
Empréstimos imobiliários	222.432	14,76%	142.095	12,73%
Pessoa física	662.333	43,94%	585.381	52,46%
Total de operações de crédito	1.497.450		1.113.884	
Total do circulante	671.477		531.034	
Total do não circulante	825.973		582.850	
Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	9.574	0,64%	1.933	0,18%
Total de operações de crédito e outros créditos	1.507.024	100,00%	1.115.817	100,00%
(-) Provisão para perdas com operações de créditos	(47.369)		(43.132)	
Total	**1.459.655**		**1.072.685**	

b) Vencimento e direcionamento dos créditos

	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer: Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
2014					
Créditos					
Setor privado					
Pessoa Jurídica	7.792	133.319	102.175	24.655	267.941
Financ. Imobiliários	4.815	17.005	58.213	264.711	344.744
Emprest. Imobiliários	3.666	16.839	44.661	157.266	222.432
Pessoas físicas	7.726	83.634	191.601	379.372	662.333
Outros créditos		375	1.124	8.075	9.574
Total	**23.999**	**251.172**	**397.774**	**834.079**	**1.507.024**
2013					
Créditos					
Setor privado					
Pessoa Jurídica	6.667	114.946	76.251	15.975	213.839
Financ. Imobiliários	818	9.626	27.596	134.529	172.569
Emprest. Imobiliários	4.103	11.875	30.690	95.427	142.095
Pessoas físicas	9.297	69.679	169.486	336.919	585.381
Outros créditos	658	66	132	1.077	1.933
Total	**21.543**	**206.192**	**304.155**	**583.927**	**1.115.817**

(c) Composição da carteira por níveis de risco (rating):

	Percentual mínimo de provisão	2014 Valor da carteira	2014 Provisão	2013 Valor de carteira	2013 Provisão
AA		145.366		89.424	
A	0,50%	1.177.552	5.888	903.552	4.518
B	1,00%	67.573	676	38.836	388
C	3,00%	45.407	1.362	22.006	661
D	10,00%	20.148	2.015	14.114	1.411
E	30,00%	8.754	2.626	7.517	2.255
F	50,00%	11.726	5.863	9.552	4.776
G	70,00%	5.197	3.638	5.645	3.952
H	100,00%	25.301	25.301	25.171	25.171
Total		**1.507.024**	**47.369**	**1.115.817**	**43.132**

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

Durante o exercício de 2014, o total de créditos recuperados foi de R$ 10.485 (2013: R$ 7.040).

(d) Instituições financeiras e fundos de recebíveis

Exceto pelas cessões realizadas para o FIDC (conforme Nota Explicativa nº 6.d), durante o exercício de 2014 não houve cessão de recebíveis.

O saldo total, até 31 de dezembro de 2014, dos contratos cedidos com coobrigação é de R$ 14.714 (2013: R$ 31.437). Para esses valores, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 3.306 (2013: R$ 5.913).

(e) Operações de crédito vinculadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Instituição possui saldos de operações de cessão de créditos com retenção substancial de risco com FIDC e securitização com Brazilian Securities, conforme abaixo demonstrado:

	2014 CP	2014 LP	2013 CP	2013 LP
FIDC	42.794	373	97.714	3.666
Cessão Bancos	45.749	108		
Securitização	6.875	16.961	27.222	26.351
Total	**95.418**	**17.442**	**124.936**	**30.017**

9 Outros créditos

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	2014	2013
Circulante		
Adiantamentos a terceiros	106	800
Imposto de renda a compensar	3.332	1.655
Devedores diversos (a)	5.305	8.497
Créditos tributários (b)	11.955	18.666
Depósitos em garantia (c)		227
Outros créditos com característica de cessão de crédito	1.499	198
(-) Provisão para outros créditos	(7.891)	(466)
Circulante	14.306	29.577
Não circulante		
Créditos tributários (b)	6.929	1.446
Depósito em garantia (c)	929	637
Outros créditos com característica de cessão de crédito	8.075	1.735
Não circulante	15.933	3.818

(a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R$ 3.723 (2013: R$ 6.402), recompra de operações de crédito no valor de R$ 95 (2013: R$ 82), retenções de saldo de cessão no valor de R$ 1.266 (2013: R$ 2.013) e outros valores R$ 221.

(b) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em Orçamento Contábil preparado para o triênio de 2015/2018.

Período	Créditos diferidos Valor crédito	Créditos diferidos Valor presente	IR Valor crédito	IR Valor presente	CSLL Valor crédito	CSLL Valor presente
2014						
2015	29.891	27.942	7.472	6.985	4.483	4.191
2016	5.798	5.083	1.450	1.271	870	762
2017	5.142	4.470	1.286	1.118	771	670
2018	6.378	5.497	1.595	1.375	957	825
Total do circulante	29.891	27.942	7.472	6.985	4.483	4.191
Total do não circulante	17.318	15.050	4.331	3.764	2.598	2.257
Total geral	**47.209**	**42.992**	**11.803**	**10.749**	**7.081**	**6.448**

Os créditos tributários vencíveis em 2014 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja dedutibilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. Pelo fato de a totalidade desses créditos ter sua realização dentro do próprio exercício social, em 31 de dezembro de 2014, não são apresentados saldos com realização para o exercício de 2015.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões fiscais sobre as operações com realização prevista para 2015.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes — CDI de 12,59% a.a. —, está descontado de R$ 1.688 mil, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R$ 18.884 mil em 31 de dezembro de 2014.

2014	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	30.836	30.836	12.334
Provisão sob ações cíveis	1.555	1.555	622
Provisão sob processos trabalhistas	1.689	1.689	676
Prejuízo fiscal	13.129	13.129	5.252
Base de cálculo	47.209	47.209	18.884
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	11.803	7.081	18.884
Créditos tributários - 31/12/2013	50.220	50.220	
Constituição - 2014	44.824	44.824	
Realização - 2014	(47.835)	(47.835)	
Créditos tributários - 2014	47.209	47.209	
		Circulante	11.955
		Não Circulante	6.929

(c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R$ 682 (2013: R$ 637); e ii) a valores bloqueados pelo BACEN JUD em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R$ 249 (2013: R$ 227).

10 Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. A composição desses bens é a seguinte:

	2014	2013
Outros valores e bens	12.967	8.258
Provisão para desvalorização		(51)
Bens não de uso próprio	12.967	8.207
Circulante	12.493	8.004
Não circulante	474	203

11 Despesas antecipadas

A Instituição difere as despesas com comissões pagas aos seus correspondentes conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados nesta rubrica até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado.

O saldo dessas despesas (circulante e não circulante) representa R$ 57.249 em 31 de dezembro de 2014 (2013: R$ 53.418).

Demonstramos abaixo a realização das despesas antecipadas para os próximos exercícios sociais:

Ano	Valor da despesa
2015	31.462
2016	12.329
2017	6.469
2018	3.346
A partir de 2018	3.643
Total	**57.249**
Circulante	31.462
Não circulante	25.787

12 Investimentos

Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

Empresas controladas	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contabil 2014	Valor contabil 2013	Resultado de equivalência 2014	Resultado de equivalência 2013
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	30	330	99,96%	327	731	(403)	2.305
Intermedium Serviços de Cobrança Ltda.	10		99,80%		721	13	375
IFI Software Ltda.	10		99,80%		150	(5)	216
Interfronting Corretora de Seguros Ltda.	9	2700	75%	2.025	549	1.476	522
Intermedium DTVM Ltda.	2.000	1.759	100%	1.759	2.016	(256)	11
Total				**4.111**	**4.167**	**825**	**3.429**

13 Depósitos e letras de crédito

a) Depósitos

	2014 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2013
Depósitos à vista	10.114				10.114	8.916
Depósitos interfinanceiros		43.055			43.055	32.265
Depósitos a prazo	3.591	104.371	99.778	533.943	741.683	556.344
Total geral	**13.705**	**147.426**	**99.778**	**533.943**	**794.852**	**597.525**

b) Letras de crédito

	2014 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2013 Total
Letras de Crédito Imobiliário	47.288	247.116	149.995	58.638	503.037	254.194
Letras de Crédito Agrícola	4.492	5.494		12	9.998	5.877
Letras Financeiras			424		424	101.943
Total geral	**51.780**	**252.610**	**150.419**	**58.650**	**513.459**	**362.014**

14 Obrigações, operações, vendas e transferências

(a) Referem-se a operações de vendas e transferências de risco com FIDC, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil para operações efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2012 que, por tratar-se de mudança de política contábil decorrente de exigência do órgão regulador, não tem alcance retrospectivo.

FIDC	**2014**	**2013**
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	42.906	99.907
Total	42.906	99.907
Circulante	42.532	68.069
Não circulante	374	31.838

(b) Referem-se à securitização de operações de venda e transferências de risco com Brazilian Securities, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil para operações efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2012 que, por tratar-se de mudança de política contábil decorrente de exigência do órgão regulador, não tem alcance retrospectivo.

Securitização	**2014**	**2013**
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	23.826	32.980
Total	23.826	32.980
Circulante	6.866	3.651
Não circulante	16.960	29.329

Referem-se à cessão de créditos de operações de vendas e transferências de risco com o Banco Itaú, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil .

Banco Itaú	**2014**	**2013**
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	37.799	
Total	37.799	
Circulante	37.691	
Não circulante	108	

As operações de crédito vinculadas a cessões estão evidenciadas na Nota Explicativa n167 8 (e).

As operações de crédito vinculadas a cessões estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 8 (e).

15 Outras obrigações

	2014	2013
Composição		
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	38.280	14.805
Provisão para imposto de renda e contribuição social (b)	682	637
Provisão para dividendos	3.026	2.358
Credores por recursos a liberar	52.168	23.980
Outros (c)	6.549	7.834
Total	**100.705**	**49.614**
Cirulante	100.023	48.977
Não Cirulante	682	637

(a) "Credores diversos", no valor de R$ 18.700 (2013: R$ 5.265); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R$ 1.862 (2013: R$ 2.499); e "Outros", no valor de R$ 17.718 (2013:
R$ 7.041), representados por fornecedores, provisões para despesas de pessoal e provisões para impostos a recolher.

(b) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R$ 682 (2013: R$ 637), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 9 (c)).

(c) Provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R$ 3.243 (2013: R$ 1.921) vide Nota Explicativa nº 19 , julgada suficiente pela Administração da Instituição conforme opinião de seus assessores jurídicos; provisão para cessões de créditos com coobrigações no valor de R$ 3.306 (2013: R$ 5.913). Demonstramos abaixo a provisão para a carteira cedida em 31 de dezembro de 2014.

Nível	Valor presente (normal)	Valor presente Provisão (a vencer)
A	9.498	47
B	1.094	11
C	493	15
D	259	26
E	125	38
F	108	54
G	74	52
H	3.063	3.063
	14.714	**3.306**

16 Transações com partes relacionadas

Controlador	2014 Ativos (Passivos)	2014 Receitas (Despesas)	2013 Ativos (Passivos)	2013 Recitas (Despesas)
Captações (depósitos e letras)		(468)	(19.175)	(2.803)
Entidades com influência significativa				
Captações (depósitos e letras)	(144.789)	(10.309)	(142.861)	(7.339)
Controladas				
Captações (depósitos e letras)	(2.405)	(177)	(733)	(310)
Outras obrigações			(3.568)	(23.386)
Pessoal-chave da Administração				
Captações (depósitos e letras)	(5.245)	(1.119)	(29.663)	(1.058)
Outras partes relacionadas				
FIDC 1/2 - Securitização	38.314	(3.677)	49.903	10.986
FIDC 1/2 - Securitização			(132.887)	(22.230)

A Instituição possui contratos de prestação de serviços de captação de clientes e prospecto de novos negócios com outras empresas ligadas registradas na conta de outras despesas administrativas.

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCI e LF, pós-fixados. Os CDBs possuem remuneração de 100% a 112% do CDI e prazos de 24 a 36 meses. As letras possuem remuneração de 93% a 118% do CDI e prazos de 1 a 25 meses.

A remuneração dos administradores da Instituição é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. A Instituição não tem como prática efetuar pagamentos com base em ações da Instituição para os acionistas e administradores do Banco.

a) Remuneração dos administradores do Banco

A remuneração dos Administradores do Banco Intermedium para o exercício de 2014 é de, aproximadamente, R$ 4.000 (R$ 1.300 em 2013) ad referendum à Assembleia Geral Ordinária de 2015.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 18 (d), durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2014, foi pago aos acionistas o montante de R$ 13.275, a título de juros sobre capital próprio e provisionados R$ 3.025 como dividendos.

17 Imposto de renda e contribuição social

A Instituição constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R$ 30.836 (2013: R$ 32.324), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 31 de dezembro de 2014, perfazia um montante de R$ 12.334 (2013: R$ 12.930).

A Instituição mantém um saldo de crédito tributário de R$ 6.549 (2013: R$ 768), relativo provisão para danos morais no valor de R$ 1.297 (2013: R$ 768) e prejuízo fiscal R$ 5.252.

A Administração, com base na Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para absorção de tal crédito.

	Semestre Imposto de renda	Semestre Contrib. social	2014 Imposto de renda	2014 Contrib. social	2013 Imposto de renda	2013 Contrib. social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.472	12.472	25.964	25.964	17.136	17.136
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre capital próprio	(6.638)	(6.638)	(13.275)	(13.275)	(9.416)	(9.416)
Equivalência patrimonial	(765)	(765)	(825)	(825)	(3.429)	(3.429)
PCLD, líquida	(4.489)	(4.489)	(3.819)	(3.819)	(12.680)	(12.680)
Outras, líquidas	798	798	(1.405)	(1.405)	(7.586)	(7.586)
	1.378	1.378	6.640	6.640	(15.975)	(15.975)
Base de cálculo						
Alíquota efetiva (15%)	207	207	996	996		
Alíquota adicional (10%)	106		581			
IRPJ e CSLL diferidos	334	201	776	452	375	240
Despesa de imposto de renda e contribuição social	647	408	2.353	1.448	375	240

Os recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social foram, respectivamente, R$ 2.013 e R$ 1.266 (em 2013: R$ 1.034 e 592, respectivamente).

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.846.305 ações nominativas, sendo 6.030.415 ordinárias e 5.815.890 preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2014, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R$ 52, passando de R$ 261.534 para R$ 261.586, em espécie com emissão de ações. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2014.

Em 13 de junho de 2014, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R$ 5.643, passando de R$ 261.586 para R$ 267.229, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 01 de julho de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R$ 2.616, passando de R$ 267.229 para R$ 269.245, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento esta aguardando aprovação do Banco Central do Brasil.

(b) Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

(c) Reserva de retenção de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

(d) Dividendos distribuídos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Durante o exercício de 2014, foi distribuído aos acionistas o montante de R$ 13.275 pago na forma de Juros sobre o Capital Próprio, e R$ 3.025 como dividendos.

(e) Ações em tesouraria

No exercício de 2014, a Administração do Banco optou por não recomprar ações a serem mantidas em tesouraria (recompra de 2.951 ações em 2013, correspondentes ao valor de R$ 215). Não há saldo de ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2014 (R$63 em 2013).

(f) Ajuste a valor de mercado

O saldo de ajuste a valor de mercado é R$ 107 (R$ 20 em 2013) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda, que são marcados a mercado.

19 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Intermedium é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R$ 3.243 (2013: R$ 1.921).

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1) Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R$ 637, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.

B) O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, a Instituição, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.

B.1) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item B acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referente à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para junho de 2013: Principal R$ 1.254.405,31, multa R$ 250.881,06, juros R$ 1.915.942,75 - Total R$ 3.421.229,12.

Em 5 de outubro de 2010 foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

B.2) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para junho de 2013: Principal R$ 3.495.852,96, multa R$ 699.170,59, juros R$ 2.901.520,18 - Total R$ 7.096.543,73.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

B.3) Em 11 de novembro de 2010 foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de 03/2006 a 12/2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

COFINS: Principal R$ 7.788.142,08, multa de R$ 5.841.106,56, juros de R$ 7.635.007,42 - Total de R$ 21.264.256,06.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

B.4) Em 30 de agosto de 2013 foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL.

Principal de R$ 10.635.072,27, multa de R$ 20.553.223,09, juros de R$ 8.002.513,81 - Total R$ 39.190.759,17.

Foi protocolada impugnação administrativa em 30 de setembro de 2013. Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa da instituição, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

B.5) Em 15 de dezembro de 2014 foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de 01/2010 a 12/2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal de R$ 11.132.415,84, multa de R$ 8.349.311,88, juros de R$ 3.977.497,27 - Total R$ 23.459.224,99.

Foi protocolada impugnação administrativa em 13 de janeiro de 2015. O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que a instituição teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa da instituição, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c) Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01	1.336	584	1.920
Constituições/Atualizações	949	2.679	3.628
Pagamentos/Reversões	(596)	(1.709)	(2.305)
Saldo Atual 31/12/2014	**1.689**	**1.554**	**3.243**

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos em que figura como "autor" ou "réu" e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos com classificação de perda possível possuem estimativa de valor dos assessores jurídicos de R$ 26.132 em 31 de dezembro de 2014.

20 Outras despesas administrativas

	Segundo Semestre 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013
Prestação de serviços	2.657	8.036	25.302
Processamento de dados	5.613	10.231	6.760
Aluguel	2.282	4.115	2.400
Comunicação	1.245	2.404	2.258
Despesas bancárias	1.845	3.515	3.022
Serviços técnicos especializados	3.310	5.656	5.865
Propaganda e publicidade	2.119	4.940	4.298
Outros	5.706	9.526	10.371
Total	**24.777**	**48.423**	**60.276**

21 Outras receitas operacionais líquidas

	Segundo Semestre 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013
Recuperação de crédito	7.231	10.485	7.040
Recuperação de encargos	6.626	7.230	5.459
Outras rendas	3.583	5.260	2.752
Total	**17.440**	**22.975**	**15.251**

22 Outras despesas operacionais líquidas

	Segundo Semestre 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013
Amortização e depreciação	933	1.712	781
Descontos concedidos	1.759	4.049	2.390
Outras despesas	1.474	1.496	1.828
Total	**4.166**	**7.257**	**4.999**

23 Outras informações

No Grupo Intermedium a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, e, se apoia em políticas e estratégias estruturadas, e numa equipe técnica e adequadamente capacitadas.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do grupo e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus stakeholders.

O Grupo Intermedium possui ainda a Comissão de Auditoria e o Comitê de Riscos e Capital, que são formados por integrantes da Alta Direção do Grupo, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e integridade das informações trabalhadas e do desempenho das Auditorias Interna e Independente.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Grupo estão disponíveis no sítio eletrônico www.intermedium.com.br, no link Informações Corporativas.

(a) Acordo da Basileia

No 2º semestre de 2014 o Banco Central do Brasil publicou vários normativos relacionados à gestão de riscos, complementando outras publicações relacionadas à Basiléia III. Uma delas, a Circular 3.714/2014 alterou artigos da Circular 3.644/2013, impactando no Índice de Basiléia, e consequentemente aumento das suas disponibilidades na oferta de crédito.

A Resolução 4.388/2014 que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro/2015 a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADOC) 4060, e apuração dos números do Grupo através deste documento.

(b) Gestão de riscos de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a "cadeia de negócio", desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Grupo Intermedium essa gestão é também avaliada semanalmente pelo Comitê de Caixa com objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº 4.090 do CMN.

(c) Gestão de riscos de mercado

O Risco de Mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Instituição.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Grupo Intermedium a gestão do risco de mercado tem dentre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

(d) Gestão de riscos operacionais

De acordo com a Resolução 3.380/2006 do CMN, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Grupo Intermedium trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Grupo Intermedium adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013.

(e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração do Grupo.

O Grupo Intermedium realiza a gestão do risco de crédito com apoio do Comitê de Riscos e Capital adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, no monitoramento ou na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de risco julgue prováveis.

Em atendimento à Circular nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço https://www.intermedium.com.br/arquivos/pdf/gerenciamento_riscos_capital.pdf.

(f) Ouvidoria

A Ouvidoria do Grupo Intermedium atua como canal de comunicação com os clientes e usuários de produtos ofertados e no tratamento e mediação de conflitos. As ocorrências são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até quinze dias, em consonância com norma regulamentar. Tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, com o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. A fim de gerenciar as manifestações, utiliza-se sistema específico, atribuindo um número de protocolo a cada atendimento, em observância à legislação vigente.

(g) Índice de Basileia

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O Banco Intermedium S/A possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente. O índice apresentado no exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 22,25%.

DLO - DOCUMENTO DE LIMITES OPERACIONAIS
ÍNDICE DE BASILÉIA - REFERÊNCIA: 12/2014
DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA

Descrição	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA	297.935
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	297.945
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NIVEL I PARA COMPARAÇÃO COM O RWA	297.945
CAPITAL PRINCIPAL PARA COMPARAÇÃO COM O RWA	297.945
EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	
CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	1.296.998
RWA PARA RISCO DE CRÉDITO POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWACPAD	1.076.977
RWA PARA RISCO DE MERCADO	
RWA PARA RISCO OPERACIONAL POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWAOPAD	220.021
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	155.266
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	142.670
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 REQUERIDO	226.601
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	297.935
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	71.335
MARGEM SOBRE O CAPITAL PRINCIPAL REQUERIDO	239.571
CAPITAL PRINCIPAL – CP	297.935
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	58.365
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A RBAN	96.365
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA E PARA RBAN	201.570
VALOR CORRESPONDENTE AO RBAN	58.900
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEL AO CAPITAL COMPLEMENTAR	66.471
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO NÍVEL II	58.365
ÍNDICE DE BASILÉIA:	**22,97%**

(h) Responsabilidade Socioambiental

Além daquilo que a Resolução 4.327/2014 apregoa, para o Grupo Intermedium, Responsabilidade Socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente, etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Grupo e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas atividades incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, gestão de resíduos, etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Grupo Intermedium.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA
PRESIDENTE

AQUILES LEONARDO DINIZ
CONSELHEIRO

JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA
CONSELHEIRO

JOSÉ FELIPE DINIZ - CONSELHEIRO

MARCOS ALBERTO CABALEIRO FERNANDEZ
CONSELHEIRO

RAFAEL NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA
CONSELHEIRO

DIRETORIA EXECUTIVA

AQUILES LEONARDO DINIZ

DAURO DE CARVALHO E SILVA

JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA

DIRETORIA

CRISTIANO HENRIQUE VIEIRA GOMES

MARCO TÚLIO GUIMARÃES

MARIA VIRGINIA GOMES MOREIRA

SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA

CONTADOR RESPONSÁVEL

SICOMAR BENIGNO DE ARAÚJO SOARES - CRC-MG 67.120-O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas do
Banco Intermedium S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Intermedium S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Intermedium S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2015
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG
Antônio de Pádua Soares Pelicarpo
Contador CRC MG-027739/O-3